

A. I. Nº - 140777.0138/04-5
AUTUADO - COREMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - WILSON FIGUEREDO DE SOUZA
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 19/10/05

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0094-05/05

EMENTA: ICMS. IMPORTAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. O fato gerador do ICMS ocorre no ato do desembaraço aduaneiro. Produto não amparado pela regra de exceção do imposto. A existência da liminar não obsta a constituição do crédito tributário, apenas impede a apreensão de mercadorias. Infração comprovada. Rejeitada a preliminar de nulidade, bem como o pedido de diligência. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 18/03/05, exige ICMS no valor de R\$353.820,71, acrescido da multa de 60%, tendo em vista a falta de recolhimento do imposto, na importação de dois propulsores para embarcação marítima, tidos como novos e do modelo Z-SRP 1010 FP, quando do desembaraço aduaneiro, estando o importador estabelecido no Estado da Bahia. Consignou o autuante que as mercadorias não foram apreendidas por força de decisão judicial – liminar em sede de Mandado de Segurança – Processo nº.646032-3/2005. O autuante explicou à fl.09 como se deu a apuração da base de cálculo.

O autuado, através de advogado legalmente constituído, apresenta impugnação às fls.26 a 37, inicialmente descrevendo a infração a ele imputada e o valor incorrido. Pugna pela nulidade, afirmando que o PAF em exame carece de elementos que lhe confirmem validade, além de se encontrar em evidente confronto com as normas vigentes no ordenamento jurídico-pátrio. Por essa razão, pugna pela nulidade do lançamento de ofício em tela.

Aduz que a empresa autuada exerce a atividade de estaleiro naval há trinta e sete anos, voltada para construção e reparo de embarcações até duas mil toneladas. Que é responsável pela geração de 500 postos de trabalho, seja direta ou indiretamente. Afirma que se valendo de sua experiência, firmou contrato para construir, converter e jumborizar um rebocador. Para tanto, importou os dois propulsores, que foram os relacionados na autuação. Informa que esses equipamentos são fabricados apenas na Suécia, inexistindo similar nacional.

Ressalta que o governo federal, no bojo de sua política desenvolvimentista, lançou o “Programa de Recuperação da Indústria Naval”, concedendo por meio desse, isenção de vários impostos de sua competência, abrangendo essa isenção as aquisições de peças, partes e componentes de mercadorias vinculadas a indústria naval. O estado da Bahia concedeu isenção nas saídas das embarcações construídas, mas não o fez, pelo menos de forma expressa, na importação das partes e equipamentos necessários à construção, modernização e conversão de embarcações.

Dessa maneira, a empresa se encontra obrigada a recolher o ICMS quando do despacho aduaneiro, embora esteja impedida de se creditar, uma vez que é isenta a saída da embarcação construída, na qual se utilizou o produto importado. Em virtude dessa inconsistência, protocolizou requerimento ao Secretário da Fazenda, o qual se encontra pendente de apreciação, postulando

benefício fiscal para a importação de máquinas, peças e outros componentes destinados a aplicação em embarcações construídas por estaleiros nacionais, à semelhança do que já ocorre em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Paralelamente, formulou consulta à DITRI, Processo nº 02354320051 ao qual esta respondeu ao final que “*as aquisições de partes, peças e componentes aplicados no reparo, reconstrução naval devem ser tributadas normalmente*”.

Observa que foi cientificado acerca da decisão denegatória da consulta formulada em 14/03/2005, e que o auto de infração foi lavrado em 18/03/2005, antes do interregno de 20 dias previstos no RPAF. Pleiteia por essa razão a nulidade do PAF. Transcreve decisões administrativas sob o tema, com o fim de fundamentar todo o alegado.

Reitera que se prevalecer a pretensão do fisco baiano de exigir o ICMS sobre a importação das peças para aplicação no rebocador, a impugnante estará sendo compelida a pagar o imposto sem o direito de se compensar do crédito gerado, violando-se assim toda a sistemática do ICMS. Insiste que por essa razão, está evidenciada a ilegalidade da autuação. Afirma que o ICMS é imposto incidente sobre o consumo e não sobre a produção, como é a hipótese em exame. Comenta sobre a não-cumulatividade no ICMS para concluir que a exigência é descabida. Transcreve lição de Hugo Brito de Machado sobre o princípio da moralidade, com o fim de afastar a autuação, por entender que a mesma ofende o princípio mencionado. Finaliza solicitando a nulidade do presente auto de infração, requerendo ainda a juntada ao PAF da cópia do AR que comprove a data da efetiva ciência por parte da empresa. Acaso vencida a preliminar argüida, pugna pela improcedência do lançamento por estar em desacordo com o princípio da não-cumulatividade.

O autuante, em informação fiscal produzida às fls.66 a 68 dos autos, rebate as razões defensivas com o argumento de que o próprio contribuinte reconhece que o estado da Bahia não concedeu isenção à importação das mercadorias autuadas. Observa que é pacífico no CONSEF o entendimento que liminar em mandado de segurança apenas suspende a exigibilidade do crédito tributário, não obstando a constituição do crédito tributário. Ressalta que o processo de consulta foi finalizado em 21/02/2005, portanto 25 dias antes da peça inicial deste PAF. Finaliza pela procedência da autuação.

Este processo foi levado a discussão em Pauta Suplementar desta Junta de Julgamento Fiscal, tendo sido considerado como apto a julgamento.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado em virtude da falta de recolhimento do ICMS na importação de propulsores para embarcação marítima. Em suas razões defensivas, o autuado não impugna os valores apurados nesta autuação, limitando-se a questionar a incidência do ICMS sobre a operação em tela, bem como a não observância do prazo prescrito para a ação fiscal após ciência sobre consulta acerca de matéria tributária.

O termo consulta é definido como pedir opinião ou conselho. Ora, só se pede conselho quando há dúvidas. Considerando que o autuado tem conhecimento que o imposto é exigível, não estando amparado por isenção, já tendo formulado pleito neste sentido ao Secretário da Fazenda, e considerando ainda que o art. 61, §1º,II, “c”, do RPAF, tem como ineficaz a consulta formulada nessa situação, entendo que o autuante não incorreu em erro ao lavrar o presente lançamento de ofício. Afasto por esse motivo a preliminar de nulidade argüida, bem como a solicitação de diligência.

A liminar deferida obsta apenas a apreensão dos bens, não obstando a lavratura do auto de infração, e assim foi cumprida. A relação jurídico-tributária que trata o presente PAF será objeto

de discussão posterior. Reitero que a liminar cuida apenas de parte incidental da relação jurídica em análise, motivo pelo qual entendo não ser caso de extinção do processo.

Quanto à arguição de ofensa ao princípio da não-cumulatividade, esclareço que o próprio RICMS prevê hipóteses de acumulação de crédito fiscal, quando o imposto pago não pode ser compensado nas operações seguintes, sendo este o caso em questão, e como se pode utilizar o montante apropriado a tal título. Não há “*a priori*” ofensa ao princípio da não-cumulatividade. Observo também que o ICMS é um imposto multifásico, incidindo sobre toda a cadeia produtiva e não só sobre o consumo, como alegado pelo defendente. Descabe a afirmação da defesa sobre este tema.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº.140777.0138/04-5, lavrado contra a empresa **COREMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$353.820,71**, acrescido da multa de 60%, previstas no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de outubro de 2005.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR